



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 59ª R.O. CERHI-RJ, em 29.10.2014

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e quatorze, no auditório do INEA, na Av. Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13:30h, realizou-se a 58ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ, contando com a presença dos senhores **membros das entidades titulares:** Rosa Formiga (Inea), Carlos da Costa e Silva Filho (PGE), Marcos Antônio Manhães Pacheco (Prefeitura de São João da Barra - substituto), Daniela V. Vasconcelos (Prefeitura de Volta Redonda - substituta), Leandro Q. Peixoto (Prefeitura de São Fidélis), José Miguel da Silva (Apedema-RJ), Flávia Lanari (Apalma), Alexandre Carlos Braga (CCROM - substituto), Marcos S. Lacerda (Instituto Terrazul), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), José Alfredo C. Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH Guandu), Ricardo Luís Senra (CBH LSJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH MPSul), Jaime T. Azulay (CEDAE), Cláudia Barros (Saneamento Ambiental Águas do Brasil), Jorge Vicente Peron (FIRJAN), Pamela Ferreira (Instituto Aço Brasil), José Gomes (LIGHT), Osvaldo de Freitas Borges (EDF-NF), Zenilson do Amaral (ASFLUCAN), Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **ausências justificadas:** Isaura Frega (INEA), João Gomes de Siqueira (UENF), Miguel Lasalvia (Fecomercio); **ausências:** Rachel B. Prado (Embrapa Solos), Micheline L. Marcon (FIPERJ), Ediel Caldas dos Santos (Rede Ecológica Greenbelt), Gerson Cardoso (ABAS); **membros das entidades suplentes:** Otavio Cabrera (SEA – substituto), Gláucia Freitas Sampaio (GEAGUA/INEA), Livia Soalheiro Romano (DIGAT/INEA), Cátia de Oliveira (DRM – substituta), Zacarias Albuquerque (Prefeitura de Campos dos Goytacazes), Humberto Dias (Prefeitura de Barra do Piraí), Roberto Machado de Oliveira (Instituto Interdisciplinar Rio Carioca), David Michel Miller (Associação de Moradores da Granja Guarani), Affonso Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), João Gomes de Siqueira (CBH Baixo Paraíba do Sul - substituto), Keila Ferreira (Prolagos), Antônio Carlos Simões (Companhia Siderúrgica Nacional - substituto), Barbara Christina F. M. Pithon (Eletronuclear); **ausências justificadas:** Alexandre Carlos Braga (CBH Baía de Guanabara), José do Amaral R. Gomes (Sindicato Rural de Campos); **ausências:** José Edmundo Victor (Prefeitura de Bom Jesus de Itabapoana), Vera Martins (Acampar-RJ), Teresa Priscila D. Gomes (Instituto Ipanema), Maurício Fernandes (O

nosso vale! A nossa vida!), Maria Aparecida B. Pimentel (ENERGISA), Joana N. Siqueira (APROMEP); **convidados:** Simone Prazeres F. de A. Sá (Prefeitura de Barra do Piraí), Samuel Muylaert (INEA), Leonardo Fernandes (INEA), Luiz Firmino (Cam. Metropolitana), Ulisses C. Mansur Ferreira (FADUC/CBH BIG), Daniel F. (MUB-ASSPRMC), Vicente Loreiro (Governo do Estado), Karine Duarte (EDF-NF). Esta reunião teve a seguinte pauta: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 15ª R.E. CERHI-RJ, 03/04/2014; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 57ª R.O. CERHI-RJ, 01/07/2014; **4.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos Financeiros no Fundrhi da Subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu (Ref. às Resoluções CBH Guandu nº 105 e 106); **5.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre o enquadramento de corpos d'água em classes de uso para 24 trechos da bacia do rio Guandu (Ref. à Resolução CBH Guandu nº 107); **6.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica do Macaé e das Ostras (Ref. a Resolução CBH Macaé nº 50/2014); **7.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica Piabanha e das subbacias hidrográficas dos rios Paquequer e Preto; **8.** Proposta de aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI, subconta compensação financeira, para complementar os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de planos de bacias hidrográficas, iniciando-se pela Região Hidrográfica Lagos São João (RH VI); **9.** Informes sobre a crise da água; **10.** Proposta de Moção a ser encaminhada a ANA visando a garantia da segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro; **11.** Apresentação do plano de trabalho referente ao Ano II, da Resolução CERHI-RJ nº 108, que dispõe sobre a secretaria executiva do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas; **12.** Balanço do FUNDRHI em 2013; **13.** Informes Câmaras Técnicas (CT-IG, CT-IL e CT-AS); **14.** Informes Grupos de Trabalho (SIG, PROGESTÃO e CCA-PERHI); **15.** Assuntos gerais. Após verificação de quórum, o Sr. Décio Tubbs Filho deu início a reunião às 14:15h. **1º item: Aprovação da pauta.** 03 (três) itens foram incluídos: apresentação do Sr. Vicente Loureiro, presidente da Câmara Metropolitana de Planejamento, e duas resoluções do CBH BG. Dessa forma, a pauta ficou da seguinte maneira: **1.** Aprovação da pauta; **2.** Aprovação da minuta da Ata da 15ª R.E. CERHI-RJ, 03/04/2014; **3.** Aprovação da minuta da Ata da 57ª R.O. CERHI-RJ, 01/07/2014; **4.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a indicação da Associação Pró-gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap como entidade delegatária provisória das funções de agência de água, tendo como interveniente o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Região Hidrográfica V; **5.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária provisória de funções de agência de água do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía

---

de Guanabara - Região Hidrográfica V. **6.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos Recursos Financeiros no Fundrhi da Subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu (Ref. às Resoluções CBH Guandu nº 105 e 106); **7.** Apresentação sobre a Agenda Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, pelo Sr. Vicente Loreiro. **8.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica Piabanha e das subbacias hidrográficas dos rios Paquequer e Preto; **9.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica do Macaé e das Ostras (Ref. a Resolução CBH Macaé nº 50/2014); **10.** Proposta de aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI, subconta compensação financeira, para complementar os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de planos de bacias hidrográficas, iniciando-se pela Região Hidrográfica Lagos São João (RH VI); **11.** Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre o enquadramento de corpos d'água em classes de uso para 24 trechos da bacia do rio Guandu (Ref. à Resolução CBH Guandu nº 107); **12.** Apresentação do plano de trabalho referente ao Ano II, da Resolução CERHI-RJ nº 108, que dispõe sobre a secretaria executiva do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas; **13.** Proposta de Moção a ser encaminhada a ANA visando a garantia da segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro; **14.** Informes sobre a crise da água; **15.** Balanço do FUNDRHI em 2013; **16.** Informes Câmaras Técnicas (CT-IG, CT-IL e CT-AS); **17.** Informes Grupos de Trabalho (SIG, PROGESTÃO e CCA-PERHI); **18.** Assuntos gerais.

**2º item:** *Aprovação da minuta da Ata da 15ª R.E. CERHI-RJ, 03/04/2014.* Após uma alteração, a ata foi aprovada por unanimidade. **3º item:** *Aprovação da minuta da Ata da 57ª R.O. CERHI-RJ, 01/07/2014.* Aprovada por unanimidade. **4º item:** *Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre a indicação da Associação Pró-gestão de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - Agevap como entidade delegatária provisória das funções de agência de água, tendo como interveniente o Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara, Região Hidrográfica V.* O Sr. Alexandre Braga explicou a resolução, que em seguida foi aprovada por unanimidade. **5º item:** *Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre os limites de custeio administrativo para a entidade delegatária provisória de funções de agência de água do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara - Região Hidrográfica V.* A Srta. Livia Soalheiro apresentou a resolução. A Sra. Rosa Formiga parabenizou o CBH BG e falou que a primeira etapa para operacionalizar a delegatária já foi vencida, que foi a aprovação pelo comitê. A segunda etapa será a aprovação no CERHI-RJ; a terceira etapa a apresentação ao Inea de um plano de trabalho que defina uma estrutura técnico-administrativa; e a quarta etapa será quando o Inea receber todos os documentos referentes à entidade delegatária. Em seguida, deverá ser aberto um processo administrativo,

---

109 bem como realizar a reserva orçamentária, para dar entrada na procuradoria. Por último, a  
110 procuradoria chancela e assina-se o contrato de gestão. Aprovada por unanimidade. **6º item:**  
111 ***Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o Plano de Aplicação Plurianual dos***  
112 ***Recursos Financeiros no Fundrhi da Subconta do Comitê da Bacia Hidrográfica do Guandu***  
113 ***(Ref. às Resoluções CBH Guandu nº 105 e 106).*** A Srta. Livia Soalheiro explicou que o CBH  
114 Guandu, ao elaborar seu plano de aplicação, reaplica recursos de ações que haviam sido  
115 aprovadas, porém não tinham sido executadas, bem como de ações já executadas e que houve  
116 sobra de recursos. A Sra. Vera Lúcia se mostrou preocupada na aprovação dessa resolução,  
117 pois a Agevap propôs que os CBHs que sofrem com a transposição possam receber recursos  
118 em projetos, mas, ao aprovar esta resolução, posterga a ação só para 2017, pois o PAP termina  
119 em 2016. O Sr. Décio Tubbs explicou que precisam analisar, através do PAP, o que pode ser  
120 aplicado nos outros CBHs. A Sra. Cláudia Barros comentou que muitos projetos de saneamento  
121 não foram executados, e sugeriu que, antes da aprovação dos projetos, uma estrutura básica  
122 fosse consolidada. O Sr. João Gomes comentou que as aplicações dos recursos do CBH Guandu  
123 deveriam ser destinados aos 4 (quatro) comitês, pois são mais impactados pela transposição. A  
124 Sra. Rosa Formiga explicou que em um ano seria definida a cobrança da transposição. Por  
125 conta disso, foi aprovada uma lei de cobrança que, para que esta não seja paralisaada, a ANA e  
126 o Governo do Estado do Rio de Janeiro definiram que 15% dos recursos arrecadados na bacia  
127 do Guandu seriam utilizados com pagamentos pela transposição. Informou que uma comissão  
128 conjunta do Ceivap com o CBH Guandu está discutindo como atualizar esse pagamento, mas  
129 no CBH Guandu acreditam que esses 15% não seriam o mais adequado. Assim, chegaram à  
130 conclusão que, se uma modificação por lei não for realizada, as saídas encontradas para  
131 investir mais na bacia do Paraíba do Sul serão através de negociação. A nota técnica da ANA e  
132 do Inea reforça que o Ceivap, o CBH Guandu e os CBHs do Paraíba do Sul precisam chegar a  
133 um consenso. A resolução foi aprovada por unanimidade. **7º item: Apresentação sobre a**  
134 ***Agenda Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, pelo Sr. Vicente Loreiro.*** O Sr. Vicente  
135 Loreiro fez um breve relato sobre o processo de retomada da governança da região  
136 metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Explicou que foi aprovada uma lei sobre a  
137 governança do saneamento na região metropolitana, que cria uma ação direta de  
138 constitucionalidade a ser julgada pelo Supremo Tribunal Federal. Esse ano foi determinado ao  
139 Governo do Estado do Rio de Janeiro que tome providência e, de fato, administre esse tema.  
140 Para que o próximo governo eleito possa tratar formalmente da questão, foi criada uma  
141 câmara formada pelo governador, prefeitos metropolitanos e um grupo executivo para a  
142 construção desse projeto de lei. O STF sugere a criação de uma autarquia formada pelo estado  
143 e pelos municípios que compõem a região e sugere a incorporação de outros temas para a lei  
144 do saneamento. O estado está construindo uma parceria com o Banco Mundial para tratar

---

desses assuntos de interesse comum e tem 3 produtos que serão desenvolvidos no próximo governo, que são: um plano estratégico para a região metropolitana; um sistema de informação geográfica; e uma cartografia para os municípios da região metropolitana. O processo de elaboração desse plano está em fase de contratação e necessita da participação da sociedade civil, dos três níveis de governo e do setor empresariado. E, por fim, convidou a todos para participarem da elaboração e transmissão desse projeto de lei. **8º item: Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que altera o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica Piabanha e das subbacias hidrográficas dos rios Paquequer e Preto.** A Srta. Livia Soalheiro explicou que o plano de aplicação do CBH Piabanha já havia sido aprovado pelo CERHI-RJ, mas agora solicitaram apenas para incluir a ação “prevenção a queimadas e incêndios florestais” com o recurso que também está destinado para “drenagem urbana” e “controle de cheias”. A resolução foi aprovada por unanimidade. **9º item: Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que aprova o plano de aplicação plurianual dos recursos financeiros no Fundrhi da subconta do comitê da bacia hidrográfica do Macaé e das Ostras (Ref. a Resolução CBH Macaé nº 50/2014).** A Srta. Livia Soalheiro explicou que o CBH Macaé fez o levantamento dos recursos disponíveis e desenvolveu seu plano de aplicação para os anos de 2014 a 2017. O Sr. José Paulo sugeriu que o sistema de alertas seja feito em articulação com os órgãos responsáveis por esse assunto, como, por exemplo, o Inea. Em seguida foi aprovada por unanimidade. **10º item: Proposta de aplicação de recursos financeiros do FUNDRHI, subconta compensação financeira, para complementar os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de planos de bacias hidrográficas, iniciando-se pela Região Hidrográfica Lagos São João (RH VI).** O Sr. Décio Tubbs Filho explicou que essa proposta foi feita no Ecob e que foi aprovada pelo Fórum Fluminense de CBHs. A Sra. Rosa Formiga explicou que o plano que engloba todo o território que está na letra da lei é o de Macaé. O CBH BIG tem alguns planejamentos setoriais e foi acordado que a Petrobras irá financiar o plano de bacias, que já tem seu termo de referência aprovado, e que está em fase de negociação para repasse de recursos para o Inea fazer a licitação. Os CBHs Guandu e BG precisam de uma atualização dos seus planos, pois estes cobrem parcialmente cada área. O CBH LSJ tem o plano de bacia com o maior nível de implementação, mas o Ministério Público da região pretende judicializar o planejamento de recursos hídricos, ação que o Inea é contra. Os quatro comitês do Paraíba do Sul têm planos de bacia desde o primeiro plano do Paraíba do Sul, mas até então não enxergavam as regiões hidrográficas na escala desejada. O Sr. Roberto Machado comentou que os planos deveriam ter a participação efetiva dos comitês, e o Sr. José Paulo solicitou que as informações sobre o andamento dos planos fossem apresentadas na CT-IG. A Sra. Rosa Formiga propôs a realização de uma oficina para discussão conceitual de planejamento de

---

recursos hídricos. O Sr. Ricardo Senra falou que, como o CBH LSJ está no meio de um processo de cessão de contrato de gestão com a delegatária, estão buscando uma fonte de recurso. O Sr. Décio Tubbs falou que assim que definirem o valor, o assunto volta ao CERHI-RJ para aprovação. A proposta foi aprovada. **11º item: Aprovação da minuta de Resolução CERHI-RJ que dispõe sobre o enquadramento de corpos d'água em classes de uso para 24 trechos da bacia do rio Guandu (Ref. à Resolução CBH Guandu nº 107).** O Sr. Décio Tubbs fez a apresentação da resolução, e iniciou informando que esse ano saiu uma nota técnica do Inea contextualizando o enquadramento. O Sr. José Paulo perguntou se o enquadramento tem metas progressivas, e Sr. Décio Tubbs informou que sim e que existe um prazo para chegarem às classes determinadas. O Sr. José Paulo comentou que saber o prazo exato é um fator fundamental antes da aprovação, e a Sra. Cláudia Barros falou que a CT-IG deveria ter analisado mais detalhadamente a proposta antes de encaminhar para a plenária. A Sra. Moema Versiani explicou que a análise do órgão gestor demandou um esforço coletivo e concentrado de diversos setores, resultando em nesta proposta, que já é uma base para um maior desenvolvimento futuro. O Sr. Marcos Lacerda acha que é fundamental que a resolução seja aprovada e perguntou qual é a ferramenta que se apresenta junto com o enquadramento, e o Sr. Décio Tubbs informou que reuniu os secretários do meio ambiente da bacia para isso e é importante convidá-los a participar do comitê. O Sr. Jorge Peron comentou que na reunião da CT-IL em que o enquadramento foi apresentado, a representante do CBH Guandu informou que essa proposta de enquadramento era a fotografia atual da bacia. Porém, se na realidade a proposta for de uma visão futura, não tem segurança para fazer nenhum tipo de parecer sobre a aprovação da resolução. A Sra. Cláudia Barros sugeriu que esta resolução voltasse à CT-IG com um resumo da nota técnica. A Sra. Rosa Formiga propôs que representantes do CBH Guandu sejam convidados para discutir sobre o assunto com as CTs/CERHI-RJ. O Sr. José Paulo sugeriu que a resolução fosse aprovada, mas que o assunto retorne à CT-IG para maiores detalhes. Em seguida, a resolução foi aprovada, com abstenção do Sr. Zenilson Coutinho. **12º item: Apresentação do plano de trabalho referente ao Ano II, da Resolução CERHI-RJ nº 108, que dispõe sobre a secretaria executiva do Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas.** O Sr. Affonso Albuquerque explicou o novo plano de trabalho. O Sr. José Paulo propôs que o site do fórum seja utilizado para disponibilizarem documentos do CERHI-RJ. O Sr. Affonso Albuquerque concordou com a proposta. A Sra. Gláucia Sampaio explicou que o saldo remanescente do plano de trabalho aprovado em 2013 foi aplicado também em ações do Fórum Nacional, em função da demora da liberação do mesmo. A Sra. Rosa Formiga falou que a autorização da aplicação desses recursos foi importante para a realização do II ECOB, e após avaliação em seguida foi aprovado por unanimidade. **13º item: Proposta de Moção a ser encaminhada a ANA visando a garantia da segurança hídrica do Estado do Rio de Janeiro.** A



Sra. Rosa Formiga informou que a ideia é marcar o posicionamento político do CERHI-RJ em relação à segurança hídrica do estado do RJ. O Sr. José Paulo lembrou que foi criado um grupo de trabalho para acompanhar de perto a questão da transposição, mas que até hoje não se reuniram. Assim, retirou seu nome do GT de Transposição, bem como do GT COFUNDRI, pois estes estão paralisados. Comentou que seria necessário fazer uma reunião para esclarecer o que está acontecendo antes da próxima plenária. A Sra. Rosa Formiga completou que no lugar de um GT sobre a transposição, talvez faça mais sentido estabelecer um canal de comunicação para isso. O Sr. José Paulo sugeriu que o site do Fórum Fluminense de CBHs disponibilize essas informações. O Sr. Zenilson Coutinho solicitou que, na moção, enfatizassem a situação que os Comitês com a jusante de Santa Cecília estão passando. A Sra. Rosa Formiga informou que atenderá a solicitação, e que irá redigir a moção, que será repassada ao presidente do CERHI-RJ e para todo o colegiado, para que estes deem sugestões em um período de 24 horas. Depois será aprovado um texto final, que será enviado à ANA com cópia para o CNRH e para a Ministra Izabella Teixeira. **14º item: Informes sobre a crise da água.** A Sra. Rosa Formiga informou que o INEA finalmente se manifestou sobre a proposta de transposição do estado de São Paulo através da nota técnica e que a ANA, através de um processo de negociação, retornou o curso natural do processo decisório, levando para a mesa de negociação todos os estados e o comitê de integração. Foi criado um banco de dados quali-quantitativos do rio Paraíba do Sul, com demandas atuais e estimativas de demandas futuras para os 3 estados. A fase seguinte, que foi iniciada há aproximadamente 1 mês, é a criação de um GT pela ANA, que está fazendo a simulação dos impactos de retirada de água da represa de Jaguari, uma vazão média de 5m³/s, podendo atingir até 8m³/s, para que cheguem, finalmente, ao processo decisório, que é definir se haverá realmente impacto e, em caso positivo, pensarem em uma solução. A data limite para o grupo apresentar uma definição sobre o impacto é no final de setembro. Outro problema é a estiagem severa que estamos passando, que é a pior em 84 anos de registro histórico. Todas as bacias do rio Paraíba do Sul estão recessivas, ou seja, a afluência natural de águas é muito menor que a média histórica. Estão progressivamente diminuindo a quantidade de água utilizada pelo estado do Rio de Janeiro para conseguirem chegar, em novembro, com o mínimo de segurança. Segundo a ANA, o ideal é que, no final de novembro, o estado estivesse com o reservatório em torno de 10%. Isso não será possível, pois o estado argumenta que precisa-se flexibilizar, também, o nível de segurança. A vazão de Santa Cecília deveria ter 190m³/s, mas tem 165m³/s, com previsão de queda para 160m³/s em setembro, e deveria ser, segundo o ONS, de 144m³/s. Se isso fosse realizado, iria causar sérios problemas na bacia do Guandu e em todas as captações de água nos CBHs MPSul e BPSul. Estão lutando para continuar com 165m³/s. Essa proposta poderia ser vetada pela ANA, mas esta escolheu que o fórum adequado para tomar esta decisão é Grupo Técnico de Operação

---

Hidráulica do Ceivap. O Sr. João Gomes falou que o estado de Minas Gerais se posiciona contra o estado do Rio de Janeiro, pois acreditam que este desperdiça água. O Sr. Zacarias Albuquerque informou que o Ministério Público de Campos dos Goytacazes propôs ajuizamento de uma ação, esta foi tramitada na 2ª vara federal e houve uma decisão no sentido de impedir o estado de São Paulo de tomar qualquer iniciativa para a contratação de obra para a transposição. A última notícia que é a decisão foi deslocada para o STF, de forma que o Inea e o CERHI-RJ podem fazer um acompanhamento judicial do andamento desta ação. O Sr. José Sertã sugeriu que as informações sejam repassadas à população. **15º item: Balanço do FUNDRHI em 2013.** Esse item não foi discutido. **16º item: Informes Câmaras Técnicas (CT-IG, CT-IL e CT-AS).** Esse item não foi discutido. **17º item: Informes Grupos de Trabalho (SIG, PROGESTÃO e CCA-PERHI).** Esse item não foi discutido. **18º item: Assuntos gerais.** Não houve nenhum assunto tratado. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CERHI-RJ, a Sr. Décio Tubbs agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 58ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 18:40h.



Décio Tubbs Filho  
Presidente CERHI-RJ



Rosa Maria Formiga Johnsson  
Secretária Executiva CERHI-RJ